

Homens, meninos e rapazes pela Justiça de Género: Declaração de Deli e Convocatória para Ação

Vivemos num mundo de profundas desigualdades e relações de poder desequilibradas, onde normas rígidas e valores que regem o modo como as pessoas se devem comportar alimentam e exacerbam injustiças. Cabe-nos a nós mudar isso. Épor isso que mais de 1200 ativistas e profissionais de 94 países, com uma grande diversidade de experiência nas suas organizações, se juntaram no segundo Simpósio Global do *MenEngage* em Nova Deli, na Índia, de 10 a 13 de Novembro de 2014.

A igualdade de género éum componente essencial dos direitos humanos, acolhida e articulada por padrões internacionais, incluindo a Declaração Universal dos Direitos Humanos; a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres; o Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos e a Convenção sobre os Direitos da Criança. Reiteramos o nosso compromisso na implementação do Programa de Ação de 1994 da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, da Plataforma para Ação da Declaração de Pequim de 1995, da 48ª Sessão da Comissão das Nações Unidas sobre o Estatuto da Mulher em 2004 e todos os outros acordos relevantes. Reafirmamos o nosso compromisso para implementar o *MenEngage* Rio e a Convocatória para Ação de Joanesburgo (2009). Aguardamos com expectativa os futuros acordos, incluindo a agenda para o desenvolvimento para além de 2015, e esperamos continuar a defender o envolvimento de meninos, rapazes e homens como esforços-chave para assegurar a igualdade de género e a justiça de género para todos e todas.

Este Simpósio refletiu toda a complexidade e diversidade das questões de justiça de género. Desafiou-nos a refletir, a pensar estrategicamente, a tentar superar as fronteiras socialmente construídas e a fortalecer parcerias. Existem lacunas. Como resultado deste evento histórico, e como um compromisso comum e Convocatória para Ação, partilhamos as seguintes preocupações e afirmações:

1. O patriarcado e a injustiça de género permanecem características definidoras das sociedades em todo o mundo, com efeitos devastadores sobre a vida quotidiana de todos e de todas. Não importa quem somos, e não importa onde estamos no mundo, essas forças tornam os nossos relacionamentos menos gratificantes, menos saudáveis e menos seguros. Desde cedo, elas introduzem sofrimento, violência, doença, ódio e morte dentro das nossas famílias e das nossas comunidades. Elas despem-nos dos nossos direitos humanos fundamentais e prejudicam a nossa capacidade de viver uma vida com amor, dignidade, intimidade e respeito mútuo. Impedem o desenvolvimento das nossas economias e colocam entraves ao florescimento da nossa sociedade global. Estas são as principais causas de muitas das barreiras para o desenvolvimento sustentável em todo o mundo.

Precisamos urgentemente de superar estas imensas ameaças para o bem-estar humano.

2. O patriarcado afeta todos e todas, mas de maneiras diferentes. Mulheres e meninas continuam a enfrentar importantes, e desproporcionalmente elevados, níveis de injustiça de género e violações dos seus direitos humanos. Homens, meninos e rapazes são simultaneamente privilegiados e prejudicados pelo patriarcado, mas raramente são conscientes desse facto. Homens, meninos e rapazes também são seres de género. A igualdade de género traz benefícios para as mulheres, homens e outros géneros.

Necessitamos urgentemente de reconhecer que as desigualdades de género são inaceitáveis independentemente de quem éafetado.

3. Estamos a construir os nossos projetos a partir de uma herança preciosa. Devemos a nossa consciencialização para as injustiças de género, os nossos esforços pela promoção da igualdade e a própria existência deste Simpósio à coragem e visão pioneira de movimentos feministas e de reivindicação dos direitos das mulheres. Alinhamo-nos com o trabalho das organizações de direitos das mulheres e reconhecemos todas as conquistas na transformação das estruturas sociais, culturais, jurídicas, financeiras e políticas que sustentam o patriarcado.

Preservando o seu contexto histórico, continuaremos o nosso trabalho com homens, meninos e rapazes em prol da igualdade de género norteada por princípios, organizações e movimentos feministas e de direitos humanos, num espírito de solidariedade.

4. Acreditamos numa abordagem inclusiva para alcançar a igualdade de género. Somos homens, mulheres e transgéneros apelando à participação de todos e de todas no movimento pela justiça de género. Embora o envolvimento de homens, meninos e rapazes seja uma parte essencial desse esforço, tal tem sido frequentemente negligenciado.

Almejamos tornar visíveis os modos mais eficazes de como homens, meninos e rapazes podem contribuir para a igualdade de género, sem serem utilizados como meros instrumentos.

5. O poder patriarcal, expresso através das masculinidades dominantes, é uma das maiores forças motrizes da exploração e injustiças estruturais. Estamos particularmente preocupados com as muitas manifestações do militarismo e da globalização neoliberal, como por exemplo: a guerra; a proliferação de armas, a desigualdade económica a nível global e local; as violentas manifestações de fundamentalismos políticos e religiosos; a violência estatal; a violência contra a sociedade civil; o tráfico de seres humanos; e a destruição de recursos naturais. **Necessitamos urgentemente de expor a ligação entre o patriarcado e a exploração de pessoas e do ambiente, e de ajudar na transformação do comportamento de rapazes, homens e meninos de “poder sobre” para “poder para”.**

6. Desigualdades de género estão relacionadas com desigualdades assentes na raça, idade, classe, casta, etnicidade, nacionalidade, orientação sexual, identidade de género, religião, agilidade e outros fatores. Nós valorizamos a diversidade do nosso mundo e não nos podemos permitir responder a estas injustiças que se cruzam de forma isolada.

Comprometemo-nos a promover a inclusão social e económica através da participação significativa, do aprofundamento de parcerias e de ações conjuntas com movimentos de justiça social.

7. É essencial que cada um de nós incorpore na nossa vida os princípios de justiça de género. Tal requer que homens, meninos e rapazes, em particular, reflitam criticamente no seu próprio poder e privilégio, e desenvolvam perspectivas pessoais sobre como ser justos em termos de género. Requer, da parte de todos e todas nós, assentar o nosso trabalho em profundas convicções pessoais e políticas. Sempre e quando qualquer um ou uma de nós diz uma coisa mas age de modo diferente debilitamos gravemente a nossa causa. Devemos denunciar tanto em privado como em público quando assistimos a terceiros a comportarem-se de forma injusta; ser um espectador silencioso e passivo perante um ato injusto significa ser cúmplice com esse mesmo ato.

As nossas crenças, comportamentos, relações e estruturas organizacionais devem refletir aqui o que queremos ver no mundo. Ao fazê-lo devemos responsabilizar-nos, assim como aos nossos amigos, familiares, colegas e aliados.

8. O investimento no envolvimento de homens, meninos e rapazes no trabalho de justiça de género torna este trabalho mais abrangente e não deverá desincentivar o investimento noutras estratégias eficazes, especialmente as desenvolvidas por organizações pelo direito das mulheres. Recusamos as tentativas de enfraquecer as nossas alianças ou de pôr abordagens complementares de justiça de género a competir umas com as outras. Somos representantes de

diversas organizações em busca de múltiplas abordagens complementares. Estamos firmes e solidários uns com os outros e comprometemo-nos a reforçar a nossa visão comum de um trabalho por uma justiça de género abrangente.

Apelamos aos decisores políticos e aos financiadores para aumentar drasticamente os recursos disponíveis para todo o trabalho de justiça de género e para incluir estratégias efetivas de justiça de género em todos os programas de desenvolvimento.

9. Prioridades para áreas políticas específicas e ações para envolver homens,meninos e rapazes em trabalho pela justiça de género incluem: violência de género; violência contra mulheres; violência contra meninas, meninos, rapazes e crianças transgénero; violência entre homens e rapazes; violência em conflitos armados; violência contra defensores de direitos humanos; cuidado e paternidade; género e economia política global; saúde e direitos sexuais e reprodutivos; diversidades sexuais e de género e direitos sexuais (LGBTQI); vulnerabilidades de género dos homens, meninos e rapazes e necessidades de saúde; exploração sexual; HIV e Sida; jovens e adolescentes; o setor da educação; trabalho com os líderes religiosos e outros líderes; meio ambiente e sustentabilidade; e fortalecimento da base de conhecimento.

10. A Agenda de Desenvolvimento no pós-2015 deve incluir uma abordagem de direitos humanos e também a transformação de relações de poder desiguais. Acreditamos que alcançar a justiça de género requer o envolvimento de homens, meninos e rapazes em benefício de mulheres, meninas, mas também de homens, meninos e rapazes, pessoas de todas as orientações sexuais e identidades de género. Por um mundo que é justo, seguro e sustentável. **Apelamos a todos os ativistas, organizações da sociedade civil, parceiros do sector privado, governos e agências da ONU para promover ativamente estes princípios e garantir que a nova agenda de desenvolvimento é justa e inclusiva.**

Convocatória para Ação de Delhi **Exemplos de como colmatar lacunas**

Levar o trabalho com homens, meninos e rapazes do nível dos programas e projetos para as políticas e instituições.

O pessoal é político e vice-versa. Para acelerar a mudança, passando do pessoal para o estrutural, é necessário envolver um maior número de homens, meninos e rapazes. Temos que colocar em funcionamento sistemas que garantam que instituições e indivíduos sejam responsabilizados pela igualdade de gênero. Temos de mudar os sistemas e as instituições, incluindo o governo, as escolas, as famílias, o setor de saúde e o local de trabalho, porque eles têm um papel crucial na criação e manutenção de normas de gênero e têm o potencial de atingir um grande número de indivíduos.

Apelamos à reavaliação de sistemas e instituições, incluindo educação e formação, os comportamentos no local de trabalho e as políticas, legislações, a gestão dos espaços públicos, a operação de instituições religiosas e confessionais e as normas sociais prevalecentes.

Políticas e reformas legais podem institucionalizar relações de maior igualdade de gênero em residências e escritórios, fábricas e campos, no governo e na rua. Portanto, devemos:

- ✓ Desenvolver, implementar e acompanhar as políticas para envolver homens, meninos e rapazes na igualdade de gênero e na construção de capacidade do Estado para implementar essas políticas.
- ✓ Promover ativamente políticas institucionais e governamentais que abordem os determinantes sociais e estruturais das desigualdades de gênero, inclusive por meio de trabalho de advocacia.
- ✓ Treinar pessoal para implementar essas políticas.
- ✓ Criar campanhas de sensibilização pública para transformar as percepções de homens, meninos e rapazes em relação aos papéis de gênero.

Promover a socialização equitativa de gênero

Estamos profundamente preocupados com a socialização de gênero de meninas e meninos que começa numa idade muito precoce, impede o seu potencial e inibe a realização dos seus plenos direitos. Nós acreditamos convictamente que todos os pais - especialmente os homens - devem demonstrar sensibilidade, comportamento equitativo e justo, especialmente em relação aos rapazes e aos meninos, começando em casa e na escola.

Comunicar com meninos e rapazes durante a sua fase de formação mais importante vai contribuir para a criação de uma nova geração de homens com comportamentos mais positivos em relação às mulheres, crianças, homens e pessoas trans. É de vital importância sensibilizar e envolver meninos, rapazes e meninas desde a infância e continuar a envolver os jovens, preparando-os para se tornarem adultos sensíveis às questões de gênero, justos e solidários.

Exemplos de áreas políticas e ações específicas para envolver homens, meninos e rapazes na justiça de gênero incluem:

- ✓ Empoderar as crianças e os jovens a desenvolverem e promoverem comportamento transformador de gênero para quebrar o ciclo de violência e mobilizá-los como agentes de mudança.
- ✓ Desenvolver a educação sexual abrangente e prevenção primária da violência de gênero como parte integrante dos currículos escolares, incluindo os direitos humanos, a igualdade de gênero e a saúde e direitos sexuais e reprodutivos.

- ✓ Criar currículos que desafiem os estereótipos de gênero e estimulem o pensamento crítico.
- ✓ Capacitar professores e administradores para proporcionar ambientes de aprendizagem sensíveis ao gênero.
- ✓ Utilizar estratégias assentes no ciclo de vida e socio-ecológicas começando na infância e continuando com adolescentes, preparando-os para serem adultos sensíveis ao gênero, à igualdade e ao carinho.

Envolver homens, meninos e rapazes na prevenção da violência de gênero (VdG)

Homens e meninos perpetuam a maioria da VdG, mesmo que eles próprios sejam prejudicados por essa mesma violência. Normas de gênero rígidas socializam homens, meninos e rapazes para responder a conflitos com violência e a dominar as suas parceiras e parceiros. Homens, meninos e rapazes são simultaneamente vítimas de violência e perpetradores. Um fator relevante que contribui para perpetração de VdG dos homens está associada à experiência ou testemunho de violência no seu período de crescimento. É essencial trabalhar com homens, meninos e rapazes para transformar as normas sociais que perpetuam a VdG, para corrigir os efeitos da violência que meninos e rapazes experienciam e testemunham, incluindo a compreensão e tratamento das raízes da desigualdade de gênero, como as relações desiguais de poder, práticas e estereótipos que perpetuam a discriminação contra as mulheres e meninas, minorias sexuais e de pessoas com identidade de gênero não convencional, e promover modelos alternativos para os rapazes.

Exemplos de áreas políticas específicas e ações para envolver homens, meninos e rapazes na justiça de gênero incluem:

- ✓ Envolver homens, meninos e rapazes para serem mais justos nas suas próprias vidas e rejeitarem todas as formas de violência, incluindo a violência doméstica e as práticas nocivas como o casamento infantil e casamentos forçados, seleção de sexo baseada no estereótipo de gênero e mutilação genital feminina.
- ✓ Incentivar homens, meninos e rapazes a questionar as desigualdades mais estruturais e invasivas.
- ✓ Promover políticas que integram a prevenção primária da VdG tendo homens, meninos e rapazes como alvo.
- ✓ Desenvolver políticas para envolver homens, meninos e rapazes na transformação de espaços públicos livres de violência para mulheres e meninas.
- ✓ Arquear programas para perpetradores masculinos integrados no sistema judicial e defesa da vítima; implementar controlo de armas; e providenciar apoio legal, financeiro e psicossocial para sobreviventes e testemunhas de violência.

Envolver homens como pais e cuidadores e a tomar iguais responsabilidades por trabalho de **cuidado** não remunerado:

As evidências mostram que quando os pais estão envolvidos com seus filhos numa fase inicial, incluindo no período pré-natal, há uma maior probabilidade de que estes irão permanecer ligados aos seus filhos ao longo das suas vidas. Dado que mulheres e meninas efetuam duas a dez vezes mais trabalho **de cuidado** do que homens, meninos e rapazes, há uma necessidade de se alcançar a plena igualdade na participação de homens, meninos e rapazes no trabalho **de cuidado** e da participação das mulheres na força de trabalho remunerado com salário igual. Isto só pode ser feito através da partilha total do trabalho **de cuidado**.

Exemplos de áreas políticas específicas e ações para envolver os homens na justiça de gênero incluem:

- ✓ Prestação de serviços públicos, políticas de proteção social e infra-estrutura, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do agregado familiar e famílias.

- ✓ Reduzir e redistribuir o trabalho de **cuidado** não remunerado, para permitir, particularmente às mulheres, mais tempo para outras atividades, tais como auto-cuidado, educação, participação política e trabalho remunerado; e redistribuir o trabalho **decuidado** de famílias mais pobres para o Estado através do financiamento, regulação e prestação de serviços de cuidado.
- ✓ Promover a partilha equitativa de trabalho de **cuidado** não remunerado entre homens e mulheres para reduzir a parcela desproporcional de trabalho de **cuidado** não remunerado para as mulheres e meninas e para mudar as atitudes que reforçam a divisão sexual do trabalho.
- ✓ Promover políticas mais progressistas de licença de paternidade.
- ✓ Implementar campanhas de sensibilização pública e educação para transformar perceções de funções de cuidado entre os homens.
- ✓ Apoiar publicamente cursos de preparação para a paternidade e campanhas com enfoque nas funções dos homens na vida das crianças são duas medidas que poderão ir ao encontro dos relatos de pais que afirmam não se sentirem preparados para cuidar, assim como ajudar os homens a perceber os benefícios de uma maior participação.

Envolver os homens como parceiros solidários, clientes e agentes positivos de mudança na saúde e direitos sexuais e reprodutivos (SDSR)

Em todo o mundo o SDSR é amplamente considerado responsabilidade exclusiva das mulheres, enquanto muitos homens continuam a negligenciar as suas próprias necessidades e responsabilidades de SDSR, bem como dos seus parceiros e das suas famílias. A menor utilização por parte de homens de serviços de SSR, como rastreio e tratamento do HIV, é resultado acumulado de normas rígidas de género bem como de barreiras estruturais, tais como clínicas que estão mal preparadas para lidar com questões de saúde específicas do sexo masculino. Como resultado, não apenas as mulheres e as meninas suportam grande parte do fardo da sua própria SDSR e das suas famílias, mas a falta de envolvimento dos homens também cria encargos dispendiosos e desnecessários sobre os sistemas de saúde. Intervenções com homens, meninos e rapazes em SDSR demonstraram um aumento efetivo da utilização de serviços por homens, bem como o apoio e respeito por SDSR dos seus parceiros, o que por sua vez melhora a saúde das mulheres, das crianças e dos próprios homens.

Exemplos de áreas políticas específicas e ações para envolver os homens em justiça de género incluem:

- ✓ Promover serviços acessíveis de saúde e direitos sexuais e reprodutivos para mulheres.
- ✓ Envolver homens e rapazes na transformação das normas rígidas que moldam os resultados da saúde sexual e reprodutiva e habilitá-los a procurar informações e serviços para suprir as suas necessidades de saúde sexual e reprodutiva.
- ✓ Fornecer uma educação sexual abrangente que promova uma reflexão crítica sobre as normas de género, relações saudáveis, e sobre as desigualdades de poder.
- ✓ Promover as responsabilidades partilhadas dos homens e rapazes em comportamento e direitos sexuais e reprodutivos.
- ✓ Expandir a disponibilidade e utilização de métodos contraceptivos masculinos e / ou prevenção de DSTs.

Criar e utilizar os espaços para homens assumirem a responsabilidade de serviços de saúde pré-natal e infantil.